



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 30215179/2023-GTED/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.003037/2023-10

1. DO OBJETO

1.1. Processo para contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada em execução de Projeto Básico e Executivo de reforma/readequação de edificação com a utilização da plataforma BIM (Building Information Modeling) e os demais programas específicos no interior do terreno da Superintendência Regional no Acre, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Serviços de elaboração de Projeto Básico e Projetos Executivos referente a reforma/readequação da pavimentação do estacionamento, em área aproximadamente de 3.964,04 m² localizada no interior do terreno da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, com a utilização da plataforma BIM (Building Information Modeling) e os demais programas específicos.	22225	unidade	1	R\$ 24.296,81
Total					R\$ 24.296,81

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato pelas partes, expedido pela SR/PF/AC, em remessa única, em meio físico e digital, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1. O serviço não se enquadra como prestação continuada, logo que se trata de um serviço de caráter não permanente. Portanto encerra-se após a entrega total do objeto, Projetos Básico e Executivo, devidamente aprovados pela Fiscalização Técnica conforme preconiza o art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, estabelecem a necessidade de disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 24.296,81 (vinte e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos)**.

1.4. O objeto está sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

1.5. O proponente, ou, havendo dispensa eletrônica, aquele que estiver mais bem colocado na disputa, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, a proposta de preço, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

1.6. Serão desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B' DA LEI N. 14.133/2021).

2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C', DA LEI N. 14.133/2021).

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Consiste na elaboração de projeto básico e executivo para reforma/readequação da pavimentação do estacionamento de veículos dos servidores e veículos apreendidos no interior do terreno da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre com a utilização da plataforma BIM (Building Information Modeling) e os demais programas específicos e que possui área total de 3.964,04 m².

3.3. O sistema de tráfego deverá ser bidirecional com duas fileiras servidas por uma única mediana.

3.4. A nova pavimentação resultando do Projeto Básico/Executivo deverá contar com vagas cobertas com estruturas metálicas ou modalidade a ser avaliada para viaturas oficiais, veículos de servidores, colaboradores e apreendidos em sistema rotativo.

3.5. Integração com a drenagem profunda e superficial, assim como nos elementos de delimitação do espaço, sarjetas com grelha e guias de meio-fio.

3.6. Deverá conter desenho da demarcação das vagas para o tipo "Estacionamento a 90º", na área a ser projetada, numeração das vagas e placas de sinalização onde for necessário.

3.7. Deverá contar com área/espacamento para manobra e balizamento dos veículos, ou seja, corredor/via, com raio de giro mínimo adequado ao pior caso (caminhonete e camioneta).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)

Requisitos Técnicos:

4.1. A descrição detalhada dos requisitos técnicos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade:

- 4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2.1. No projeto e documentos, deverá haver previsão para descarte correto dos resíduos de construção civil que serão gerados.
- 4.2.2. Os materiais retirados/removido/demolidos deverão ter destinação conforme a legislação ambiental vigente.
- 4.2.3. Adequada destinação ambiental dos resíduos decorrentes dos serviços prestados, deverá levar em conta as diretrizes estabelecidas pela Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos devendo estar alinhadas com o Plano de Gestão e Logística Sustentável do órgão.

Subcontratação:

- 4.3. Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual.

Necessidade de Transição Contratual:

- 4.4. No que se trata da transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, pelo fato do objeto ser contratado para atender demanda circunstancial, seus requisitos serem comuns, ser amplamente conhecida pelo mercado, não se identificou o risco da descontinuidade de serviços ou fornecimento de bens, observando-se, conforme o caso, sendo mitigada a necessidade do risco de transição contratual.

5. VISTORIA

- 5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta- feira, das 08 horas às 12 horas e das 14 horas às 18 horas.
- 5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia desde que haja requerimento anterior e disponibilidade do GTED/SELOG/SR/PF/AC.
- 5.2.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.2.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI Nº 14.133/2021).

- 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 6.2. O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de serviço, emitida pelo GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – GTED/SELOG/SR/PF/AC e assinada entre as partes na forma que se segue:
- 6.2.1. Realização de reunião inicial entre CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO na qual será emitida Ordem de Serviço e tratadas as particularidades dos projetos a serem desenvolvidos.
- 6.2.2. Na reunião inicial:
- 6.2.2.1. Deverão ser apresentados os responsáveis técnicos da CONTRATADA e eventuais prepostos, e fornecidos seus endereços de e-mail e telefones para contato.
- 6.2.2.2. Deverá ser apresentado pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO cronograma de trabalho, que terá verificada sua exequibilidade e procedidos os ajustes necessários, levando-se em conta as rotinas da Polícia Federal, uma vez que os trabalhos deste Órgão não serão paralisados nem mitigados durante a execução do contrato.
- 6.2.3. A empresa deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou RRT antes do efetivo início dos serviços.
- 6.2.4. Os serviços deverão ser realizados na sede da empresa CONTRATADA, tendo em vista que o objeto de contrato é a elaboração de projetos de engenharia.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.1. Não serão fornecidos ou disponibilizados à contratada na execução dos serviços quaisquer materiais de consumo e/ou de uso duradouro para a execução do objeto.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. A proposta deverá ser elaborada respeitando as especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes nesse Termo de Referência, Anexo A - Planta Baixa Preliminar e demais anexos.
- 8.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 8.3. O quantitativo da área com base a planta baixa preliminar supracitada.
- 8.3.1. Área total a ser contemplada nos projetos: 3.964,04 m² (três mil, novecentos e sessenta e quatro metros quadrados e quatro centímetros quadrados)
- 8.4. Será disponibilizado à CONTRATADA, conforme ANEXO A, a planta baixa preliminar da situação atual da edificações existente para fins exclusivos de elaboração de propostas de preços.
- 8.4.1. A disponibilização da planta baixa preliminar não exige a CONTRATADA de realizar a vistoria e as devidas conferências *in loco*.
- 8.4.2. A utilização da planta disponibilizada deverá ser conferida sob responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.4.3. Eventuais discordâncias entre a planta disponibilizada e a situação atual da edificação não serão motivos de eventuais recursos, devendo a CONTRATADA ter pleno conhecimento do local e condições do objeto.
- 8.4.4. A proposta deverá ser elaborada considerando, minimamente, os projetos e documentos: Projeto arquitetônico de reforma; Projeto de águas pluviais; Projeto de drenagem superficial e profunda; Orçamento Sintético; Orçamento analítico; Cronograma de obra; Caderno de especificações e de encargos e demais elementos necessários e suficientes para definir e dimensionar a obra ou o serviço.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21).

- 9.1. ROTINAS DE DISCALIZAÇÃO CONTRATUAL
- 9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 9.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 9.1.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 9.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 9.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 9.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º), no prazo indicado pelo fiscal.
- 9.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 9.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 9.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

9.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

9.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

9.2.1. Os projetos básicos e executivos deverão ser apresentados para análise e aprovação pelo setor responsável da Polícia Federal No Acre, neste caso o Grupo Técnico em Edificações da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre (GTED/SELOG/SR/PF/AC).

9.2.2. A entrega dos projetos para aprovação dos órgãos competentes será após a avaliação e a aprovação pelo Grupo Técnico em Edificações (GTED/SELOG/SR/PF/AC).

9.2.3. O Contratado deverá emitir a fatura/nota fiscal em nome da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, CNPJ: 00.394.494/0019-65, Endereço: Rod. BR 364, nº 3501. Bairro Portal da Amazônia. CEP 69915-630 - Rio Branco - Acre.

9.2.4. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da fatura/nota fiscal correspondente aos serviços executados, devidamente certificados pelo Fiscal do Contrato, desde que a documentação do CONTRATADO esteja regularizada. Se no dia seguinte à conclusão do objeto deste Termo de Referência a fatura/nota fiscal não tenha sido apresentada e/ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

9.2.5. A fatura/nota fiscal, uma vez certificada pelo Fiscal do Contrato, será paga mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua Proposta Comercial.

9.2.6. Se a fatura/nota fiscal for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus a SR/PF/AC.

9.2.7. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.8.1. Não produziu os resultados acordados;

9.2.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.8.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. DO RECEBIMENTO

9.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente após entrega e aprovação do Grupo Técnico em Edificações (GTED/SELOG/SR/PF/AC).

9.3.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo detalhado, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da comunicação escrita do contratado, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.3.2.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.3.2.1.2. Em caso de rejeição, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

9.3.2.1.3. Nesse caso, cabe à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.2.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.2.1.5. A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

9.3.2.1.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.2.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.3.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.3.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.3.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.3.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.3.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Atesto de Nota Fiscal.

9.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

10.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.4.1. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), responsável(eis) técnico(os) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

10.4.1.1. Para o Engenheiro Civil, Eletricista, Mecânico, Arquiteto e Urbanista e demais profissionais envolvidos na prestação do serviço.

10.4.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supracitada deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.4.3. Comprovação de aptidão para a execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, por meio da apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

10.4.3.1. Será admitida, para fins da comprovação de quantitativo mínimo de serviço - Elaboração de Projeto Básico e Executivo em edificação(ões) - pelo menos 25% da área total de 3.964,04 m², que representa um valor mínimo de 991,00 m² (novecentos e noventa e um metros quadrados), a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.4.4. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.

10.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome próprio, da matriz ou da filial do Contratado.

10.4.6. O Contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Contratante, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da empresa que a contratou e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI Nº 14.133/2021)**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.13. **Habilitação Jurídica:**

11.13.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.13.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.13.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.13.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.13.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.13.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

11.13.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

11.14.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

11.14.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.14.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.14.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.14.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.14.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.14.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.14.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.14.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

12. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [XXXXXXXXXXXXX];
Fonte de Recursos: [XXXXXXXXXXXXX];

Programa de Trabalho: [XXXXXXXXXXXXX];
Elemento de Despesa: [XXXXXXXXXXXXX];
Plano Interno: [XXXXXXXXXXXXX];

Município de Rio Branco - AC, na data da assinatura eletrônica.

Termo de Referência – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133/2021 – Contratação Direta – Atualização – junho de 2022

Agamenon Lago Nobrega Junior
Escrivão de Polícia Federal
GTED/SELOG/SR/PF/AC

Ricardo Alexandre Oliveira Marques
Agente Administrativo
GTED/SELOG/SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Alexandre Oliveira Marques, Agente Administrativo(a)**, em 25/07/2023, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AGAMENON LAGO NOBREGA JUNIOR, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 25/07/2023, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30215179&crc=980DD3FC.
Código verificador: **30215179** e Código CRC: **980DD3FC**.